



SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

30/01/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Em ano de crise, benefícios ao Judiciário têm alta de 30%

O pagamento de benefícios e verbas indenizatórias a magistrados e servidores do Judiciário subiu 30% de 2014 para 2015, ano em que a crise econômica no país se agravou. Os chamados "penduricalhos" subiram de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 7,2 bilhões, de acordo com dados do último "Justiça em Números", relatório divulgado anualmente pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Fazem parte deste tipo de gasto diferentes ajudas de custo, tais como auxílio-moradia, auxílio-educação, diárias, passagens, entre outros. Grande parte desta verba não é considerada no cálculo do abate-teto, corte feito nos vencimentos dos funcionários públicos para que não ultrapassem o limite remuneratório definido pela Constituição (R\$ 33,7 mil, equivalente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal). Parte da alta se deve à decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux que garantiu a todos os magistrados do país auxílio moradia de R\$ 4,3 mil. O plenário da corte não tomou decisão definitiva sobre o tema, que se arrasta há mais de dois anos. Assim como todas as verbas indenizatórias, os tribunais não exigem comprovante de gasto para que o magistrado tenha direito a ela. Os vencimentos acima do teto passaram a ser alvo do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que formou em novembro uma comissão para debater o tema. A medida foi classificada por entidades de classe como uma retaliação à categoria, em razão dos desdobramentos da Operação Lava Jato. Há anos discute-se formas para regulamentar os benefícios.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 30/01/2017

Militares e as mudanças no INSS

No mês de fevereiro o Congresso Nacional deverá continuar as discussões sobre a reforma da Previdência proposta pela equipe econômica do presidente Michel Temer. Entre todas as polêmicas, desde o anúncio da proposta de alteração do sistema previdenciário brasileiro, a exclusão dos integrantes das Forças Armadas é uma questão que deverá ser colocada em estudo pelos parlamentares. O secretário Marcelo Caetano, do Ministério da Fazenda, afirmou que a mudança no regime previdenciário dos militares será realizada posteriormente, por meio de um projeto de lei específico que contemple as especificidades da carreira. Os especialistas em Direito Previdenciário acreditam que, apesar da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/16 para os trabalhadores privados, rurais e servidores públicos precisar de ajustes, a decisão de não incluir os militares neste primeiro momento foi correta, pois a carreira tem particularidades que são incompatíveis com os regimes englobados na reforma.

Fonte: Jornal A Tribuna - 29/01/2017

Reforma poderá trazer prejuízos à categoria

Na visão do advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, uma possível reforma na previdência prejudicaria os militares. "Acredito que os militares serão prejudicados com uma reforma em sua previdência. Entretanto, seguindo a linha de pensamento do Governo Federal na reforma para os trabalhadores urbanos, rurais e funcionários públicos, a principal mudança a ser realizada seria na criação da idade mínima para ir a reserva. Além disso, deveria ser estabelecida nova regra sobre cumulação de benefícios, pois o principal argumento do governo em relação aos benefícios dos militares está no aumento da expectativa de vida e as pensões pagas". Badari reforça, porém, que "o governo deve respeitar as peculiaridades de suas funções, pois os militares além do risco de morte não possuem diversos direitos trabalhistas."

Fonte: Jornal A Tribuna - 29/01/2017

Sob suspeita, Previdência dos Estados pode ter rombo maior, afirma TCU

Os dados da Previdência dos Estados não são confiáveis e o déficit desses regimes estaduais pode ser ainda maior, na avaliação do TCU (Tribunal de Contas da União). Após auditorias em 22 Estados e no Distrito Federal, o TCU verificou que a maioria deles não disponibilizou aos tribunais de contas estaduais nem mesmo informações completas sobre a quantidade de servidores ativos, inativos e pensionistas. Cada Estado administra o seu RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), ao qual os servidores estaduais estão vinculados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 30/01/2017

Ministério do Trabalho encontra 100 irregularidades no Porto

DA REDAÇÃO

Pelo menos 100 irregularidades foram encontradas em sete terminais que operam granéis líquidos no Porto de Santos. As infrações foram descobertas durante uma força-tarefa do Ministério do Trabalho e são relacionadas aos procedimentos de prevenção de grandes acidentes. Agora, as empresas receberão um prazo para a adequação das instalações.

A ação do Ministério do Trabalho começou no final do ano passado e visa evitar acidentes ampliados, que são aqueles que ultrapassam a área portuária e interferem na comunidade no entorno. Em abril de 2015, o Porto de Santos foi o cenário de um incêndio que só foi controlado após nove dias e afetou não só as operações do complexo marítimo, como todo o tráfego de veículos e pessoas na entrada da Cidade. Na ocasião, tanques da Ultracargo, no Distrito Industrial da Alemoa, foram consumidos pelas chamas.

Fonte: Jornal A Tribuna
28/01/2017

Veja como consultar contas inativas do Fundo de Garantia

GABRIEL OLIVEIRA

DA REDAÇÃO

Por site, e-mail, aplicativo, mensagem de celular ou pessoalmente. São muitas as maneiras de consultar o saldo do FGTS se você está pensando na liberação dos recursos de contas inativas, prometida para março.

O Governo Federal vai permitir o saque de todo o dinheiro de contas que deixaram de ter depósitos do empregador até 31 de dezembro de 2015.

Como 10,2 milhões de pessoas terão direito a retirar o dinheiro, com saques podendo chegar a R\$ 30 bilhões, o Governo Michel Temer (PMDB) espera movimentar a economia.

Fonte: Jornal A Tribuna
30/01/2017

Saem dados sobre contas e emprego em 2016

Nesta segunda-feira, o Ministério da Fazenda divulga o resultado oficial nas contas do governo federal em 2016.

A última projeção, feita em dezembro, apontava déficit de R\$ 167 bilhões. O valor inclui resultado negativo do INSS de R\$ 149,7 bilhões, já divulgado, e números do Tesouro e do Banco Central.

Na terça-feira (31), o Banco Central divulga os dados de Estados, municípios e empresas estatais. No mesmo dia, o IBGE divulga a taxa de desemprego no Brasil em dezembro e a média de 2016. No trimestre encerrado em novembro, o índice foi de 11,9%.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 30/01/2017

Desemprego aumenta em SP

A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) atingiu 16,8% na média de 2016, o maior nível desde 2005 (16,9%), segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) divulgada pela Fundação Seade e pelo Dieese. Em dezembro, a taxa ficou em 16,2%, abaixo dos 16,8% em novembro, mas bem acima dos 13,9% em dezembro de 2015.

Fonte: Jornal A Tribuna - 28/01/2017